



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O objeto deste processo compreende a contratação direta, por dispensa de licitação, de serviços de instalação de condicionadores de ar para as salas de atendimento, arquivo, jurídico e cartório do Procon, conforme especificações constantes neste Termo de Referência

1.1. Especificações e quantidades

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTE	v.unit.	v. total
1	CONDICIONADOR DE AR PARA A SALA JURÍDICO I (12000 BTU/h) - MUDANÇA DE LOCAL (DESINSTALAÇÃO + INSTALAÇÃO) - CICLO FRIO - CONTENDO OS SEGUINTE MATERIAIS: I. . 13m Tubulação de cobre de 1/4; II. . 13m Tubulação de cobre de 3/8; III. . 13m Isolamento térmico de 1/4; IV. . 13m Isolamento térmico de 3/8; V. . 13m Mangueira cristal 1/2; VI. . 4un Fita aluminizada; VII. . 6un Fita PVC branca; VIII. . 13m Cabo PP 2,5 mm²; IX. . 4un Parafuso fenda cruzada e bucha 8 mm Fu; X. . 6un Parafuso sextavado e bucha 10 mm Fu; XI. . 1un Suporte Fibra 500 mm; XII. . 1un Caixa de disjuntor com disjuntor; XIII. . 5m Cabo para ligação elétrica.	1	1	R\$ 1.263,20	R\$ 1.263,20
2	CONDICIONADOR DE AR PARA A SALA JURÍDICO II (24000 BTU/h) - EQUIPAMENTO NOVO (INSTALAÇÃO) - CICLO QUENTE E FRIO - CONTENDO OS SEGUINTE MATERIAIS: I. . 8m Tubulação de cobre de 1/4; II. . 8m Tubulação de cobre de 5/8;	1	1	R\$ 1.124,80	R\$ 1.124,80



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

	III. . 8m Isolamento térmico de 1/4; IV. . 8m Isolamento térmico de 5/8; V. . 8m Mangueira cristal 1/2; VI. . 2un Fita aluminizada; VII. . 4un Fita PVC branca; VIII. . 9m Cabo PP 2,5 mm²; IX. . 4un Parafuso fenda cruzada e bucha 8 mm Fu; X. . 6un Parafuso sextavado e bucha 10 mm Fu; XI. . 1un Suporte Fibra 500 mm;					
3	CONDICIONADOR DE AR PARA A SALA DE ATENDIMENTO (30000 BTU/h) - EQUIPAMENTO NOVO INVERTER (INSTALAÇÃO) - CICLO FRIO - CONTENDO OS SEGUINTE MATERIAIS: I. . 8m Tubulação de cobre de 1/4; II. . 8m Tubulação de cobre de 5/8; III. . 8m Isolamento térmico de 1/4; IV. . 8m Isolamento térmico de 5/8; V. . 8m Mangueira cristal 1/2; VI. . 2un Fita aluminizada; VII. . 4un Fita PVC branca; VIII. . 9m Cabo PP 2,5 mm²; IX. . 4un Parafuso fenda cruzada e bucha 8 mm Fu; X. . 6un Parafuso sextavado e bucha 10 mm Fu; XI. . 1un Suporte Fibra 500 mm; XII. . 1un Caixa de disjuntor com disjuntor; XIII. . 5m Cabo para ligação elétrica.	1	1	R\$ 1.231,45	R\$ 1.231,45	
4	CONDICIONADOR DE AR PARA A PARA A SALA DE ATENDIMENTO II (30000 BTU/h) - EQUIPAMENTO NOVO INVERTER (INSTALAÇÃO) - CICLO FRIO - CONTENDO OS SEGUINTE	1	1	R\$ 1.231,45	R\$ 1.231,45	



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

	<p>MATERIAIS: I. - 8m Tubulação de cobre de 1/4;</p> <p>II. - 8m Tubulação de cobre de 5/8;</p> <p>III. - 8m Isolamento térmico de 1/4;</p> <p>IV. - 8m Isolamento térmico de 5/8;</p> <p>V. - 8m Mangueira cristal 1/2;</p> <p>VI. - 2un Fita aluminizada;</p> <p>VII. - 4un Fita PVC branca;</p> <p>VIII. - 9m Cabo PP 2,5 mm²;</p> <p>IX. - 4un Parafuso fenda cruzada e bucha 8 mm Fu;</p> <p>X. - 6un Parafuso sextavado e bucha 10 mm Fu;</p> <p>XI. - 1un Suporte Fibra 500 mm;</p> <p>XII. - 1un Caixa de disjuntor com disjuntor;</p> <p>XIII. - 5m Cabo para ligação elétrica.</p>					
5	<p>CONDICIONADOR DE AR PARA A PARA O CARTÓRIO (30000 BTU/h) - EQUIPAMENTO NOVO INVERTER (INSTALAÇÃO) - CICLO FRIO - CONTENDO OS SEGUINTE MATERIAIS:</p> <p>I. - 8m Tubulação de cobre de 1/4;</p> <p>II. - 8m Tubulação de cobre de 5/8;</p> <p>III. - 8m Isolamento térmico de 1/4;</p> <p>IV. - 8m Isolamento térmico de 5/8;</p> <p>V. - 8m Mangueira cristal 1/2;</p> <p>VI. - 2un Fita aluminizada;</p> <p>VII. - 4un Fita PVC branca;</p> <p>VIII. - 9m Cabo PP 2,5 mm²;</p> <p>IX. - 4un Parafuso fenda cruzada e bucha 8 mm Fu;</p> <p>X. - 6un Parafuso sextavado e bucha 10 mm Fu;</p> <p>XI. - 1un Suporte Fibra 500 mm;</p>	1	1	R\$ 1.124,80	R\$ 1.124,80	
6	<p>CONDICIONADOR DE AR PARA A PARA O ARQUIVO (24000 BTU/h) - EQUIPAMENTO NOVO (INSTALAÇÃO)</p>	1	1	R\$ 1.124,80	R\$ 1.124,80	



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

	- CICLO QUENTE E FRIO - CONTENDO OS SEGUINTE MATERIAIS: I. - 8m Tubulação de cobre de 1/4; II. - 8m Tubulação de cobre de 5/8; III. - 8m Isolamento térmico de 1/4; IV. - 8m Isolamento térmico de 5/8; V. - 8m Mangueira cristal 1/2; VI. - 2un Fita aluminizada; VII. - 4un Fita PVC branca; VIII. - 9m Cabo PP 2,5 mm²; IX. - 4un Parafuso fenda cruzada e bucha 8 mm Fu; X. - 6un Parafuso sextavado e bucha 10 mm Fu; XI. - 1un Suporte Fibra 500 mm;					
					TOTAL	R\$ 7.100,50

1.2. Da natureza do objeto

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, respeitando a vedação do art. 20 da Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamento do Decreto Municipal Nº 12.840/2023. O objeto desta contratação possui natureza caracterizada como comum, conforme justificativa constante abaixo.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Importante, para a exata compreensão da necessidade da contratação, que se faça uma breve consideração sobre o sistema de proteção e defesa do consumidor, conforme estabelecido nos artigos 5º, inc. XXXII e 170, inc. V da Constituição Federal e art. 48 das Disposições Transitórias:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

V - defesa do consumidor;

Art. 48. O Congresso Nacional, dentro de cento e vinte dias da promulgação da Constituição, elaborará código de defesa do consumidor.

Foi então que em 11 de setembro de 1990 foi promulgada a Lei Federal nº 8.078 a qual dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

Tem-se que é através dos órgãos de proteção aos direitos do consumidor que há a proteção deste, pois é a parte hipossuficiente da relação consumerista, portanto, em prestígio à boa-fé objetiva (lealdade e confiança), deve ser claramente informado sobre os produtos e serviços que lhe estão sendo ofertados, a fim de que a harmonia entre os agentes da relação de consumo prevaleça.

No âmbito municipal, a Procuradoria de Defesa do Consumidor teve seu regimento interno aprovado pelo Decreto nº 8.660/2008. Referida norma prevê logo no seu art. 1º que haverá atendimento das reclamações dos consumidores residentes de Itajaí:

Art. 1º A Procuradoria de Defesa dos Direitos do Consumidor é responsável pela realização das atividades relacionadas à proteção e defesa dos direitos do consumidor.

§ 1º A Procuradoria de Defesa dos Direitos do Consumidor atenderá reclamações exclusivamente de consumidores residentes no Município de Itajaí. (Redação acrescida pelo Decreto nº 13031/2023)

Significa dizer que o Município promoverá a proteção dos munícipes a respeito de fatos envolvendo a relação de consumo, para tanto, deverá proporcionar local minimamente adequado para recepção e atendimento dos cidadãos, observando primordialmente sua dignidade, saúde e segurança.

Assim, para o cumprimento desses trabalhos, em especial para adequação de espaços físicos para funcionamento da recepção dos consumidores, bem como realizar adequação à refrigeração na sala do cartório, arquivo atendimento e jurídico, considerando que Itajaí é uma cidade litorânea que atinge temperaturas elevadas no verão, necessita-se de circulação de ar e refrigeração de ambientes fechados.

Os ambientes fechados e com pouca circulação de ar são locais propícios à propagação de doenças respiratórias, como rinite ocupacional, sinusite e bronquite, pois a falta de renovação de ar nesses ambientes não apenas coloca a saúde das pessoas que ali se encontram em risco, mas também compromete o desempenho da equipe de trabalho, que devido ao alto nível de gás carbônico, o oxigênio fica baixo, deixando as



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

peessoas que ali trabalham sonolentos, apáticas, sem conseguirem se concentrar e em alguns casos causando dores de cabeça, o que pode levar até a afastamento do trabalho em situações extremas.

Do mesmo modo, ambientes com temperaturas muito elevadas ou diminutas acabam por provocar desde desconfortos até desmaios, inviabilizando a prestação eficaz do serviço público. Por esta razão, é essencial que os ambientes de trabalho dos agentes públicos e de prestação de serviço público aos cidadãos seja corretamente ventilado e refrigerado. Uma vez que os equipamentos de ar-condicionado, solução escolhida pelo Procon para a refrigeração dos ambientes, já está adquirido, é preciso que o serviço de instalação seja viabilizado, como forma de efetivar a refrigeração.

Importante destacar ainda que a necessidade contempla somente a instalação dos condicionadores de ar de 24.000 e 30.000 BTUs, cujos fornecimentos foram autorizados através de adesão à Ata de Registro de Preços do Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, conforme disposto no Processo Administrativo Eletrônico nº 3.259/2023 daquela entidade, anexo. No que tange ao equipamento de 12.000 BTUs, é necessária a sua remoção para sala menor, por não ser suficiente para refrigerar adequadamente o ambiente em que se encontra atualmente. Na mesma toada, o Pregão Eletrônico nº 345/2023, realizado pelo Município de Itajaí, têm dois problemas circunstanciais que obstem a contratação. Primeiramente, não contempla a instalação de condicionadores de ar de 30.000 BTUs, e em segundo lugar, a ata prevê instalações a até 3 metros de distância entre condensadora e evaporadora, enquanto no caso específico é necessária uma metragem maior de materiais para a instalação, inviabilizando a contratação da empresa vencedora da licitação. Ressalta-se que mesmo diante dessas circunstâncias a empresa foi contatada e recusou a realização da instalação diante da necessidade de mais materiais.

Verifica-se, portanto, que a satisfação da demanda por refrigeração e ventilação de ambientes fechados utilizando aparelhos de ar-condicionado requer a prestação de serviços de instalações de condicionadores de ar para as salas do Procon, compreendendo todos os materiais, insumos e mão-de-obra necessários, razão pela qual se iniciou o presente processo de contratação.

3. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO

A referida contratação da solução escolhida será realizada por Dispensa de Licitação na forma eletrônica.

O fornecedor será selecionado por meio de julgamento pelo menor preço global por item, contemplando desde a mão-de-obra até o fornecimento dos materiais necessários, os quais já estão discriminados na descrição de cada item.



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

4. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

4.1. Serão exigidos documentos adicionais juntamente com a proposta de preços (para análise da equipe técnica na fase de julgamento da proposta final de preços):

☒ **Não**

☐ **Sim**

Se sim, quais?

4.2. Será exigido amostra do(s) produto(s)/demonstração do(s) serviço(s):

☒ **Não**

☐ **Sim**

Se sim:

Prazo para apresentação: _____

Quantidade de amostras: _____

Unidade técnica responsável pela análise das amostras:

Local de entrega das amostras:

Condições e critérios de avaliação e julgamento da amostra e/ou da demonstração dos serviços:

Item	Código	Critério de avaliação das amostras/protótipos



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

4.3. Será exigida prova de conceito?

☒ **Não**

☐ **Sim**

Se sim:

Prazo para apresentação/demonstração: _____

Endereço de entrega/demonstração:

Critérios de avaliação:

Item	Código	Critério de avaliação da prova de conceito

4.4. Será exigida carta de solidariedade?

☒ **Não**

☐ **Sim**

Se sim, justificativa:

4.5. Será exigida garantia de proposta?

☒ **Não**

☐ **Sim**

Se sim, justificativa:



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

5. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

Prevê o art. 72, inciso V, da Lei Federal n. 14.133/2021 que, junto ao processo de contratação direta, deverá ser comprovado pelo contratado o preenchimento dos requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, nos seguintes termos:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: [...]

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária; [...]

Ora, se em momento posterior à escolha do contratado deverá ser verificado o preenchimento dos requisitos de habilitação e qualificação mínima, é requisito lógico que eles sejam requeridos e definidos em momento anterior à sua verificação, ou seja, no presente Termo de Referência.

Nesse sentido, dispõe Joel de Menezes Niebuhr¹:

Além do preço, com base no inciso V o artigo 72 da Lei nº 14.133/2021, é importante que a Administração Pública avalie as qualificações do futuro contratado, que deve ter habilidade para prestar o objeto do contrato, devendo a Administração Pública buscar elementos que retratem a experiência anterior dele. Não é lícito à Administração Pública, sob o argumento da dispensa e da inexigibilidade, agir imprudentemente, contratando alguém que não tenha aptidão para tanto. É fundamental cercar-se de cuidados e demandar do futuro contratado a comprovação das condições consideradas adequadas para o cumprimento das obrigações contratuais.

Os documentos a serem exigidos em habilitação nas licitações são tratados no Capítulo VI do Título II da Lei nº 14.133/2021, divididos, conforme artigo 62, em habilitação jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista, e econômico-financeira.

Conforme apontado pelo autor, os tipos de habilitação encontram-se elencados no *caput* do art. 62 da Lei Federal n. 14.133/2021:

Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:

I - jurídica;

¹ NIEBUHR, Joel de Menezes. *Licitação pública e contrato administrativo*. 6. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2023. p. 140.



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

II - técnica;

III - fiscal, social e trabalhista;

IV - econômico-financeira.

Ocorre que, de modo geral, em vistas das particularidades da contratação direta, a doutrina já entende serem aplicadas integralmente à contratação direta somente as habilitações jurídica e fiscal, social e trabalhista²:

Conforme art. 62, há quatro tipos de habilitação: jurídica; técnica; fiscal, social e trabalhista; e econômico-financeira. Destas, a habilitação jurídica (art. 66) e a fiscal, social e trabalhista (art. 68) aplicam-se integralmente a contratações diretas. [...]

Quanto à habilitação técnica (art. 67), entretanto, em regra ela se mostra desnecessária em contratações diretas, sendo comumente substituída pela justificativa da razão de escolha do contratado do inciso VI deste artigo, embasada sempre na documentação julgada necessária para tanto. [...]

Já no que concerne à habilitação econômico-financeira, muitas vezes isso também pode ser considerado na própria escolha do contratado, ao ponto de eventual risco de inaptidão econômica se reduzir, já que a pessoa escolhida costuma ter alguma solidez.

No caso concreto, a baixa monta da contratação e a ausência de grande complexidade técnica dispensariam, por si só, a necessidade de aferição da habilitação econômico-financeira e técnica, respectivamente.

Para além de desnecessária, verifica-se que o presente objeto, em razão da baixa monta se conforma à situação prevista no art. 70, inciso III, da Lei Federal n. 14.133/2021 para dispensa, inclusive integral, da exigência de documentos de habilitação do contratado:

Art. 70. A documentação referida neste Capítulo [Capítulo VI – Da Habilitação] poderá ser: [...]

III - dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). [...]

² SALES, Hugo Teixeira Montezuma. In: SARAI, Leonardo (org.). *Tratado da nova lei de licitações e contratos administrativos*: Lei 14.133/21 comentada por advogados públicos. 3. ed. São Paulo: JusPodivm, 2023. p. 965-966.



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Assim, para fins desta contratação, a Administração já se encontra dispensada de exigir quaisquer documentos de habilitação, ressalvada por imperativo constitucional, conforme expõe Joel de Menezes Niebuhr,³ a comprovação de regularidade com a seguridade social:

Ressalva-se que, de acordo com o § 3º do artigo 195 da Constituição Federal, “a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios”. Desse modo, por força constitucional, mesmo que a contratação seja de pequena monta e realizada por contratação direta, a Administração Pública não pode deixar de exigir das pessoas jurídicas a comprovação de regularidade com a seguridade social.

Contudo, mesmo lhe sendo dispensado o dever de exigi-las (quase) integralmente, para a contratação do objeto deste Termo de Referência, exigir-se-á a comprovação, pelo contratado, de sua habilitação jurídica – de modo a demonstrar a sua capacidade de exercer direitos e assumir obrigações – e fiscal, social e trabalhista – a fim de garantir o cumprimento de suas obrigações com a coletividade –, nos termos dos arts. 66, 68 e 63, inciso IV, da Lei Federal n. 14.133/2021:

Art. 66. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

Art. 68. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

I - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

³ NIEBUHR, Joel de Menezes. *Licitação pública e contrato administrativo*. 6. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2023. p. 141.



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

VI - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

§ 1º Os documentos referidos nos incisos do **caput** deste artigo poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

§ 2º A comprovação de atendimento do disposto nos incisos III, IV e V do **caput** deste artigo deverá ser feita na forma da legislação específica.

Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições: [...]

IV - será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Prazo de entrega/execução

Até 05 dias contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

6.2. Local, horário e endereço de execução

Das 13:00h as 19:00h, na Procuradoria de Defesa do Consumidor – Procon – localizada na Avenida Joca Brandão, 655, Itajaí.

6.3. Bens perecíveis

☒ Não

☐ Sim

Se sim, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a (...), (dias, meses ou anos), ou a (metade, um terço, dois terços, etc.) do prazo total recomendado pelo fabricante.

6.4. Garantia de execução do contrato

Será exigida garantia de execução do contrato, nos moldes do Arts 96 a 102 da Lei nº 14.133/21, em valor correspondente a % do valor total do contrato?

☒ Não

☐ Sim

Se sim, justificativa:



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

6.5. Garantia do produto/serviço, manutenção e assistência técnica

(x) Garantia e/ou assistência técnica

Especificar condições:

Garantia de instalação e dos materiais utilizados, no mínimo, pelo prazo legal de noventa dias.

7. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

7.1 Da contratada

Obriga-se a empresa vencedora:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do objeto;
- d) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratado;
- e) manter, durante a vigência da contratação, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas;
- f) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- g) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- h) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

7.1 Da contratante

Obriga-se a Administração/Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência da contratação sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

8. DO CONTRATO

8.1. INSTRUMENTO CONTRATUAL

- () Somente por assinatura de contrato
- () Autorização de Fornecimento + Contrato de garantia e assistência técnica
- (x) Autorização de Fornecimento
- () Outro. _____

8.2. VIGÊNCIA

- (x) O prazo de vigência da contratação é de 120 dias, contados da data da autorização dos serviços.
- () O prazo de vigência da contratação é de (máximo de 5 anos) contados do(a), prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- () O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que [...], sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando [...] OU o Estudo Técnico Preliminar.

8.3. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Gestor:



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

	Nome: Gaspar Laus
	Cargo: Procurador-Geral do Município
	Matrícula: 1486205
	E-mail: gaspar.laus@itajai.sc.gov.br
Fiscal:	
	Nome: Salesio Pedrini
	Cargo: Procurador do Município
	Matrícula: 1446703
	E-mail: salesio@itajai.sc.gov.br

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

9.1. O Objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo/a responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2. O Objeto poderá ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **cinco dias corridos**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **quinze dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

Da forma de pagamento

9.4 O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal, revestida do aceite da autoridade competente e responsável pela **Procuradoria Geral do Município**, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicadas pelo Contratado em sua proposta comercial.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão a conta da dotação:

Órgão/Unidade Orçamentária	Subação	Natureza	Fonte
Procuradoria-Geral do Município	-	3.3.90.00.00	1 - Recursos ordinários



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADORIA-GERAL
PROCURADORIA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

11.DO VALOR ESTIMADO

O valor máximo estimado será de **R\$ 7.100,50 (sete mil e cem reais e cinquenta centavos)**

Itajaí/SC, 19 de julho de 2024.

Paulo Henrique Setti

Assistente Jurídico

Matrícula nº 2469201

Responsável pelo Termo de Referência

De acordo:

Gaspar Laus

Procurador-Geral do Município

Matrícula nº 1486205